



Estratégia

CONCURSOS

Aula 03

Atualidades e Geografia p/ ABIN

Professor: Rodrigo Barreto

AULA 03

SUMÁRIO	PÁGINA
1. A discussão sobre desenvolvimento <i>versus</i> sustentabilidade.	2
2. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92)	7
3. Protocolo de Kyoto	12
4. Rio + 10 e Rio + 20	17
5. Recursos naturais e biomas brasileiros	22
6. Desmatamento	31
7. Matriz energética	33
8. Ébola	38
9. Crise de água em SP	39
9. Questões comentadas	40
10. Lista de questões	65
11. Gabarito	81

1. A discussão sobre desenvolvimento versus sustentabilidade.

A preocupação com a questão ambiental ganhou maior relevo após a Segunda Guerra Mundial, quando a era nuclear fez surgir o temor em relação à radiação, aos problemas ambientais e aos de saúde que deles decorreriam. O consumo também aumentava e, conseqüentemente, a produção de poluição e de lixo decorrentes dele também.

Em 1962, Rachel Carson publicou um livro cujo título era “A Primavera Silenciosa” e no qual havia uma preocupação com os riscos da utilização de pesticidas na produção agrícola. Podemos dizer que tal publicação já era sinal da entrada da questão ambiental na agenda de debates políticos e econômicos.

Ao fim dos anos 60, a questão ambiental já estava de fato dentro da agenda de debates – passando a consistir cada vez mais em uma preocupação global. Com o crescimento do debate sobre desenvolvimento sustentável e ecologia, a Organização das Nações Unidas promoveu em 1972 a **Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano**, em Estocolmo, Suécia, que foi a primeira conferência internacional a debater o tema.

Em tal Conferência apareceriam discussões acerca de contradições relacionadas ao desenvolvimento e ao meio ambiente. No mesmo ano de realização da Conferência em questão, foi solicitado, junto ao renomado Massachusetts Institute of Technology, nos Estados Unidos, um estudo sobre as condições da

natureza, o qual foi chamado de **“desenvolvimento zero”**.

De acordo com esse estudo, haveria uma série de impactos ambientais de âmbito internacional, provocados pelo modelo de desenvolvimento capitalista instituído. Nele foi proposta a estagnação total do crescimento econômico como forma de impedir tragédias ambientais de grandes proporções no mundo. Solução que, obviamente, não agradava aos países subdesenvolvidos, que almejavam obter desenvolvimento a fim de garantir melhor qualidade de vida às suas populações, nem a países desenvolvidos cujas economias se baseavam numa lógica agressiva de mercado, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França.

Em razão dessa discordância, a Conferência marcou-se pela disputa dos partidários do chamado **“desenvolvimento zero”**, então defendida por alguns cientistas e representantes de países desenvolvidos; e os partidários do **“desenvolvimento a qualquer custo”**, defendido principalmente por nações subdesenvolvidas, além dos Estados Unidos. Nessa mesma polarização, encontravam-se os ecologistas radicais, que defendiam um crescimento zero para colocar fim aos esgotamento dos recursos. E, por outro lado, estavam aqueles que acham que o progresso tecnológico poderia se aliar às perspectivas ambientais, resolvendo os problemas do meio ambiente.

O marco fundamental da Conferência de Estocolmo foi a elaboração da **Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente**, que consistiu em uma série de manifestações sobre os princípios ambientais pelos quais os países deveriam se pautar. A Declaração

prevê em um de seus trechos que “chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Por meio da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas”.

No mesmo ano, a Assembleia Geral, valendo-se do clima gerado pela Conferência do Meio Ambiente, criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que pauta as ações da ONU no que diz respeito às questões ambientais. Atualmente as prioridades do PNUMA são aspectos ambientais das catástrofes e conflitos, a gestão dos ecossistemas, a governança ambiental, as substâncias nocivas, a eficiência dos recursos e as mudanças climáticas.

Aproveito para relembrar há uma série de organismos que atuam junto à ONU e que pretendem colaborar com questões socialmente sensíveis, como a alimentação (FAO), a educação (Unesco) e o trabalho (OIT). Antes de prosseguirmos com a aula vejam só essa questão:

(Cespe – DPRF – Agente Administrativo - 2014) Entre as agências especializadas da ONU que atuam em escala global incluem-se as voltadas para a saúde (OMS), para a

agricultura e alimentação (FAO) e para a educação, ciência e cultura (UNESCO).

Essas agências representam a atuação da ONU no sentido de reduzir a pobreza, as desigualdades, a fome, o analfabetismo, entre outros aspectos. Questão certa.

Voltemos. No início dos anos 80, foi estabelecida a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. As recomendações feitas pela Comissão levaram à realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que colocou o assunto diretamente na agenda pública, de uma maneira nunca antes feita.

Realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a “Cúpula da Terra”, como ficou conhecida, adotou a Agenda 21, que é um documento que visa à proteção do nosso planeta e seu desenvolvimento sustentável. Assim, a Agenda 21 se trata da culminação de duas décadas de trabalhos que se iniciaram em Estocolmo em 1972. Essa conferência realizada no Rio de Janeiro ficou conhecida como **ECO-92**. Mais adiante conversaremos melhor sobre ela. Percebam que ECO-92, Cúpula da Terra e Rio 92 são nomes para a mesma conferência. Já vi as bancas trocarem esses nomes a fim de confundir o candidato.

Foi nesse mesmo momento que, após a elaboração de um relatório da Comissão sobre os resultados da Conferência de Estocolmo, chegou-se a um conceito mais claro e preciso do que

seria o **desenvolvimento sustentável** – que logo seria incluído nos debates internacionais sobre o meio ambiente.

Por **desenvolvimento sustentável**, podemos entender a ideia de um desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, ou seja, trata-se de um modelo de desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

Segundo a organização não governamental WWF, cuja preocupação fundamental é o meio ambiente,

“o **desenvolvimento sustentável** depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Esse conceito representou uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente. Muitas vezes, desenvolvimento é confundido com crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. Esse tipo de desenvolvimento tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende. Atividades econômicas podem ser encorajadas em detrimento da base de recursos naturais dos países. Desses recursos depende não só a existência humana e a diversidade biológica, como o próprio crescimento econômico. O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem”.

O Brasil começou a ter compromissos mais definitivos com o meio ambiente justamente quando o país participou da Conferência de Estocolmo, em especial, no seu período preparatório de dois

anos, quando a Conferência contou com importante participação brasileira no sentido de introduzir a temática do desenvolvimento dentro de um contexto mais amplo das questões do meio ambiente. O compromisso ficaria mais firme a partir de 1992 com a ECO-92.

A sustentabilidade, pessoal, está relacionada às questões sociais e, por isso, a política ambiental está no rol de políticas sociais, se configurando como uma política de caráter transversal que interfere decisivamente nas condições de vida da população brasileira. Nesse sentido, é cada vez maior a preocupação governamental com a chamada economia solidária, incentivando a formação de cooperativas e associações. Além da preocupação com políticas que protejam o meio ambiente.

Devemos compreender que na última década houve a necessidade de se enfrentar simultaneamente os problemas relativos ao desenvolvimento clássico do século XX e os desafios decorrentes ao século XXI, abrindo-se a possibilidade histórica para a promoção da sustentabilidade e a construção de uma economia verde para o país.

2. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92)

A cidade do Rio de Janeiro foi a sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUCED), realizada em junho de 1992. A reunião ficou conhecida como ECO-92, ou Rio-92, e nela estiveram presentes delegações de 175

países. Foi, ainda, a primeira reunião internacional importante realizada após o fim da Guerra Fria.

Foi exatamente na ECO-92 que a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, além da necessidade imperativa para o desenvolvimento sustentável, foi vista e reconhecida em todo o mundo. **A Agenda 21, documento resultante de tal Conferência, estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais e na tomada delas.**

Cada país desenvolve a sua própria Agenda 21 e, no Brasil, as discussões são coordenadas pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS). Assim, a Agenda 21 se constitui em um importante instrumento que visa à conversão da sociedade industrial rumo a um novo paradigma, que exige a reinterpretação do conceito de progresso, contemplando maior harmonia e equilíbrio, promovendo a qualidade de vida e não apenas o crescimento econômico.

Além disso, a Agenda 21 foi além das questões ambientais para abordar os padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente. Elas incluem: a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento; padrões insustentáveis de produção e consumo; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional. O programa de ação também recomendou meios de

fortalecer o papel desempenhado pelos grandes grupos – mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e ONGs – a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável.

Assembleia Geral estabeleceu, em 1992, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável como uma comissão funcional do Conselho Econômico e Social a fim de assegurar o cumprimento dos objetivos da Agenda 21. Os compromissos adotados na ECO-92 incluem duas convenções, uma sobre mudança do clima e outra sobre biodiversidade, e também uma declaração sobre florestas. A Conferência aprovou, ainda, documentos de objetivos mais abrangentes e de natureza mais política: a Declaração do Rio e a Agenda 21, essa conforme já falamos. Esses documentos também possuem a perspectiva de adoção do conceito fundamental de desenvolvimento sustentável, em uma tentativa de combinar as aspirações de progresso econômico e material com a necessidade de proteção ecológica.

Destacam-se entre os resultados da **ECO-92**:

- **Biodiversidade**: estabelecimento de metas para preservação da diversidade biológica e para a exploração sustentável do patrimônio genético, sem prejudicar ou impedir o desenvolvimento de cada país.
- **Clima**: estabelecimento estratégias de combate ao efeito estufa. A convenção gerou bases e princípios que culminariam,

posteriormente, no Protocolo de Kyoto, pelo qual as nações ricas devem reduzir suas emissões de gases que causam o aquecimento anormal da Terra.

- **Princípios sobre florestas:** garante aos Estados o direito soberano de aproveitar suas florestas de modo sustentável, de acordo com suas necessidades de desenvolvimento.
- **Princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada:** todos os países se responsabilizam pela proteção ao meio ambiente, contudo essa responsabilidade é proporcional ao dano que o país causou ou causa. Assim, quanto mais danos um país causa ao meio ambiente, mas ele deve implantar meios de conter esses danos.

Não nos esqueçamos de que a Eco-92 abriu o caminho para a posterior adoção do Protocolo de Kyoto. Entretanto, a ausência de metas concretas fez com que muitos considerassem a Eco-92, na época, uma decepção. Vejam a diferença entre as informações apresentadas: na época, a ECO-92 foi criticada e considerada uma decepção, mas posteriormente ela teria sua importância reconhecida. Portanto, podemos dizer, tranquilamente, que a Eco-92 foi um importante marco histórico no debate sobre as questões ambientais.

Antes de passarmos para o próximo tópico, eu pergunto para os senhores e para as senhoras: o que é efeito estufa? Se eu disser que o efeito estufa é um fenômeno natural que possibilita a vida na

terra, vocês diriam certo ou errado? Sei que muitos fariam errado, mas está correto.

O efeito estufa é um fenômeno natural de aquecimento térmico da Terra. Ele é necessário para manter a temperatura do planeta em condições ideais de sobrevivência. Sem ele, a Terra seria muito fria, dificultando o desenvolvimento das espécies. O problema é que a concentração na atmosfera dos gases causadores do efeito estufa tem aumentado e, nos últimos anos, este ritmo tem sido acelerado. Segundo cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC), a principal causa deste aumento é a queima de combustíveis fósseis utilizados para gerar energia e para a produção de bens de consumo. O aumento desses gases é danoso para a vida humana.

Os gases do efeito estufa absorvem parte da radiação infravermelha emitida, principalmente, pela superfície terrestre, dificultando seu escape para o espaço. Esse fenômeno é importante para a preservação da vida na Terra, pois a mantém aquecida e impede que ocorra perda demasiada de calor para o espaço. Segundo a maior parte dos ambientalistas, o aumento desses gases tem, no entanto, potencializado o fenômeno natural, causando aumento da temperatura na terra, contribuindo para o aquecimento global.

3. Protocolo de Kyoto

A partir da ECO-92, os governos, de modo geral, reconheceram que deveriam impulsionar ações mais enérgicas e efetivas. Ao estabelecer um processo permanente de revisão, discussão e troca de informações, essa conferência possibilitou a adoção de compromissos adicionais em resposta a mudanças no conhecimento científico e nas disposições políticas.

A primeira revisão dos compromissos dos países desenvolvidos foi conduzida na primeira sessão da Conferência das Partes (COP-1), que ocorreu em Berlim, em 1995. Nessa conferência, decidiu-se que o compromisso dos países desenvolvidos de voltar suas emissões para os níveis de 1990 até o ano 2000 era inadequado para se atingir o objetivo de longo prazo da convenção, que consiste em impedir "uma interferência antrópica (produzida pelo homem) perigosa no sistema climático".

Nesse contexto, foi adotado o chamado Mandato de Berlim que iniciou uma nova fase de discussões sobre o fortalecimento dos compromissos dos países desenvolvidos. O grupo responsável pela elaboração *ad hoc* do Mandato de Berlim foi formado para, então, elaborar um acordo que seria encaminhado à COP-3, realizada em Kyoto, Japão, para negociação final. E foi exatamente a partir desse acordo se chegou ao **Protocolo de Kyoto**.

Assim, a COP-3, realizada em 1997, marcou a adoção do Protocolo de Kyoto, com metas de redução de emissões e mecanismos de flexibilização dessas metas. De modo geral, as

metas são de 5,2% das emissões de 1990, porém alguns países assumiram compromissos maiores: Japão – 6% e os integrantes da União Europeia – 8%. A entrada em vigor do acordo vinculou-se à ratificação de no mínimo 55 países que somassem 55% das emissões globais de gases do efeito estufa, que aconteceu apenas em 16 de fevereiro de 2005, depois de vencida a relutância da Rússia.

Os Estados Unidos, um dos países que mais emitem gases poluentes no mundo, abandonaram o Protocolo de Kyoto em 2001, com a justificativa de que cumprir as metas estabelecidas comprometeria seu desenvolvimento econômico.

Inicialmente os Estados Unidos aderiram ao acordo, comprometendo-se com a redução de 7% dos gases poluentes; contudo, esse compromisso não foi levado adiante. Aliás, uma das maiores críticas ao governo do presidente norte-americano Obama está exatamente na falta de comprometimento com as questões ambientais, entre as quais se incluem o Protocolo de Kyoto.

Em 2012, acabou o primeiro período de compromissos do Protocolo de Kyoto, contudo esses foram renovados. Durante a Conferência de Durban (COP-17), África do Sul, ficou decidido que o Protocolo de Kyoto seria mantido, com o compromisso de se dar início a um novo marco legal que incluísse todos os países no combate aos efeitos da mudança climática. Este novo instrumento legal, provavelmente outro protocolo, deverá vigorar, no máximo, a partir de 2020 – o que foi duramente criticado pelos ambientalistas,

pois, segundo eles, isso demonstraria falta de preocupação com a questão do desenvolvimento sustentável.

Assim, o Protocolo de Kyoto passa a ter um segundo período de validade, que irá de 2012 a 2017, podendo, inclusive, chegar a 2020, caso seja estendido. Em outras palavras, o Protocolo de Kyoto terá validade até 2017. Então, até o fim de sua vigência nesse ano, é possível que o prorroguem por mais um período, que iria até 2020.

A "Plataforma de Durban", como foi batizado o conjunto de resultados obtidos na conferência das Nações Unidas, também incluiu avanços, apesar de modestos, no debate de redução de emissões por desmatamento (conhecidas pela sigla REDD), na transferência de tecnologias verdes e no fundo de adaptação para os países que já sofrem com enchentes e secas intensas.

A estratégia para se conseguir algum avanço na negociação internacional em Durban partiu da União Europeia, que prometia manter o Protocolo de Kyoto, desde que todos os outros países se comprometessem em participar de um novo protocolo.

Por sua vez, a COP-18 ocorrida em Doha, Catar, no fim de 2012, ficou marcada por uma incrível irrelevância para o debate ambiental, terminando em um acordo feito às pressas pelos países. Mesmo nos grandes veículos de comunicação, pouco se falou sobre tal conferência. Essa Convenção de Doha teve como principal objetivo reunir os países a fim de discutir meios para cortar as

emissões de gases de efeito estufa e evitar um aumento exorbitante na temperatura terrestre.

E a COP 19, que ocorreu em 2013, em Varsóvia, Polônia, foi marcada por acontecimentos fortes, como a saída voluntária em massa das ONGs presentes, além da demissão do então ministro do Meio Ambiente da Polônia, Marcin Korolec, a dois dias do fim da cúpula das Nações Unidas. O próprio governo brasileiro reconheceu que o encontro "frustrou" possíveis resultados positivos.

Durante essa conferência foram aprovados os seguintes pontos: ficou reforçado que novo acordo terá que ser aprovado em 2015; governos vão preparar contribuições sobre o que farão para cortar gases-estufa; mecanismo de perdas e danos, que força ricos a financiar nações que sofrem com o clima; desbloqueio do debate sobre financiamento a longo prazo; normas sobre financiamento de projetos voltados à proteção de florestas em países em desenvolvimento.

Pelas novas regras, o Fundo Verde para o Clima terá papel fundamental na arrecadar recursos a governos, que, por sua vez, terão de criar agências nacionais para supervisionar o uso do dinheiro. Os fundos irão para os países quando estes puderem provar que reduziram suas emissões de carbono sem prejudicar comunidades locais ou a biodiversidade. Os países também concordaram com normas sobre como medir e verificar os cortes de emissões de projetos florestais. O desmatamento desempenha crescente papel nas negociações sobre o clima, porque a perda de

florestas representa aproximadamente um quinto das emissões de gases do efeito estufa.

Nós sabemos, pessoal, que o planeta vive uma crise ambiental sem precedentes. Essa crise decorre de um padrão de crescimento econômico e de consumo associados ao desperdício e ao uso inadequado de recursos naturais, comprometendo não somente as possibilidades de desenvolvimento econômico sustentável, mas também a própria existência humana.

Existe uma gama de sinais dessa crise que se materializa em diversos problemas, tais como o desequilíbrio da produção de alimentos, a desertificação de grandes áreas, alterações nos regimes pluviais, extinção de espécies da fauna, desestabilização de biomas, proliferação de organismos transmissores de doenças e epidemias e contaminação do solo e da águas por agentes químicos.

Assim, acredita-se que o mundo precisará fazer uma transição rápida de uma economia baseada no carbono, que ameaça a vida e o clima no planeta, para uma economia baseada em formas alternativas e limpas de energia. Infelizmente as economias dependem do consumo crescente e insustentável de combustíveis fósseis. Petróleo e gás respondem por aproximadamente 80% da matriz energética do mundo. O carvão, outro poluidor, também possui parcela significativa.

Na União Europeia e em outros países ricos, nos quais ocorrem problemas na distribuição e oferta de energia, há grandes investimentos para o desenvolvimento de tecnologias

ambientalmente sustentáveis. Todavia, na maior parte dos países em desenvolvimento não há condições financeiras nem tecnológicas para investir nessa transição. Não parece justo comprometer o desenvolvimento dos países emergentes, que visam à superação dos graves problemas estruturais e a busca pela melhoria na qualidade de vida. O problema é que, por vivermos em uma mesma atmosfera, tornamo-nos todos responsáveis pela superação destes problemas.

Vejamos agora dois fóruns importantes de discussão sobre questões ambientais.

4. Rio + 10 e Rio + 20

A **Rio + 10**, ou Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi o segundo grande encontro do ONU na qual se discutiu o uso dos recursos naturais de maneira sustentável. Esse encontro foi realizado em setembro de 2002, em Joanesburgo, na África do Sul. O Rio + 10 foi um encontro mundial, que reuniu vários líderes, cidadãos, agências das Nações Unidas, instituições financeiras multilaterais e outros atores globais, para avaliar a mudança global desde a histórica Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cúpula da Terra, ECO-92 ou Rio-92).

A conjuntura internacional na qual a Conferência de Joanesburgo (Rio + 10) ocorreu foi bem diferente do que a confraternização planetária que se viu no Rio em 1992. Com essa situação, houve uma espécie de bloqueio que foi liderado pelos

Estados Unidos, que mais se preocupavam com a possibilidade de invasão no Iraque e com as consequências geopolíticas do fatídico 11 de setembro de 2001. Não nos esqueçamos de que conferências dessa espécie não podem tomar decisões sem que haja votação, de forma que as decisões se dão quase que por consenso. Se não houver concordância nada é aprovado. Assim, a Declaração da Cúpula (Rio + 10) de Johannesburgo ficou sem a assinatura de muitos chefes de Estado e de governo, entre eles o do Brasil – que na época era Fernando Henrique Cardoso.

Já em 2012 ocorreu a chamada **Rio + 20** - Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Tal encontro marcou o vigésimo aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que aconteceu na capital carioca no ano de 1992, a Rio-92, e também os dez anos da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, de Johannesburgo, África do Sul. A Rio + 20 também ocorreu no Rio de Janeiro.

Na Rio + 20 os líderes mundiais fizeram um balanço do que foi feito nos últimos vinte anos, renovando o compromisso mundial com o desenvolvimento sustentável; avaliando as lacunas que ainda existem na execução dos acordos internacionais; abordando os desafios emergentes e discutindo as formas de recuperar os danos que já foram causados ao planeta, sem deixar de progredir econômica e tecnologicamente.

Uma das principais questões da conferência foi sobre o papel de uma instância global que fosse capaz de unir as metas de preservação do meio ambiente com as necessidades contínuas de

progresso econômico, ou seja, uma instância global que fosse capaz de garantir o desenvolvimento sustentável.

Com a crise financeira como pano de fundo, o desafio da Rio+20 foi, basicamente, o de estabelecer diretrizes para que crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental passassem a se dar de maneira conjunta. Em outras palavras, definir a maneira pela qual os países, agindo em conjunto, pudessem promover o desenvolvimento sustentável, “que atenda às necessidades das gerações presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades”, segundo a definição oficial.

Apesar das discordâncias, as autoridades brasileiras comemoraram o consenso geral entre as delegações, que aprovaram o documento no último dia do encontro. O documento final foi chamado de **Futuro que queremos**. Com esse documento, ficou a expectativa de que os termos acordados sejam implementados e que os compromissos assumidos pelos governos não fiquem apenas no papel.

Para a Presidente da República, Dilma Rousseff, o documento final da Conferência, acordado por todas as delegações, é um “ponto de partida”, por meio do qual cada país deverá avançar no sentido de alcançar o desenvolvimento sustentável. De acordo com ela, uma discussão com 193 países participantes da conferência sobre proteção ambiental, erradicação da pobreza e crescimento sustentável só poderia levar à “construção do consenso possível”. A presidente afirmou que “o Brasil ficou responsável por construir um

consenso possível. O consenso possível é um ponto de partida e não de chegada. Isso não significa que a partir daí os países não possam ter suas próprias políticas. O que não podemos conceber é que alguém fique aquém dessa posição”.

Ainda de acordo com Dilma, o documento final da Rio+20 não atendeu a todas as expectativas dos brasileiros porque o Brasil seria, ainda segundo a presidente, comprometido com o desenvolvimento sustentável, mas atendeu às expectativas da Conferência, já que foi resultado de um acordo entre esses 193 países. Levando-se esse contexto em consideração, ela se declarou "amplamente satisfeita".

A presidente lamentou não ter havido compromissos concretos de financiamento das ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Ela considerou que os países desenvolvidos não incluíram a questão no texto final da conferência. “Os países não quiseram assinar a questão do financiamento. Uma das formas é colocar isso na pauta. Os países desenvolvidos não querem que isto seja posto na pauta. Então, só dá para avançar daqui para frente. Para avançar mais terá de haver a construção de um consenso”, afirmou.

Contudo, essa satisfação não se deu na mesma medida para os analistas ambientais. De acordo com Carlos Alfredo Joly, coordenador do Programa BIOTA-FAPESP, a comunidade científica brasileira e a internacional se mobilizaram intensamente durante a RIO+20 e chegaram à conferência preparadas para fornecer subsídios capazes de influenciar a agenda de implementação do

desenvolvimento sustentável. “Nada disso se refletiu na declaração final. Chegou-se a um documento genérico, que não determina metas e prazos e não estabelece uma agenda de transição para uma economia mais verde ou uma sustentabilidade maior da economia”, disse Joly.

De acordo com Paulo Artaxo, as menções à questão das mudanças climáticas também foram quase nulas. “O texto final da Rio+20 tem 53 páginas, divididas em 283 tópicos. Desse total, apenas três tópicos mencionam a questão do clima. Para se ter uma ideia, há seis tópicos sobre igualdade de gênero e dez sobre lixo químico – que são temas importantes, mas não envolvem a mesma escala e urgência do problema do clima”, afirmou Artaxo.

Deixem-me ressaltar um ponto importante sobre a crise ambiental e o Brasil. A Constituição de 1988 assume compromisso com a sustentabilidade ambiental, afirmando que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

O Brasil possui condições bastante favoráveis para conseguir estar na vanguarda do desenvolvimento sustentável. Nossa matriz energética é limpa e temos uma das maiores biodiversidades do planeta. Lideramos o uso de algumas energias renováveis e temos condições de estimular o uso de biocombustíveis, sem que haja prejuízo para produção de alimentos. Nosso país possui ainda água doce em grandes quantidades, que é um recurso natural cada vez

mais escasso e ainda se tem a possibilidade de aumento considerável da produção de petróleo com o do Pré-Sal.

5. Recursos naturais e biomas brasileiros.

O futuro humano no planeta está, cada vez mais, na incorporação de premissas do desenvolvimento sustentável, institucionalmente regulado, conciliando crescimento econômico e proteção ambiental, manejo de recursos naturais e desenvolvimento social, de modo a satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de terem atendido suas próprias necessidades.

Recurso natural é qualquer insumo de que os organismos, as populações e os ecossistemas necessitam para sua manutenção. Os recursos naturais e a economia interagem de modo bastante evidente, uma vez que algo é um recurso na medida em que sua exploração é economicamente viável. Nem todos os recursos que a natureza oferece ao ser humano podem ser aproveitados em seu estado natural. Quase sempre o ser humano precisa dispor de energia e trabalho físico para transformar os recursos naturais em bens capazes de satisfazer alguma necessidade humana. E esses são classificados como recursos renováveis e não renováveis.

Os recursos naturais renováveis são aqueles que possuem a capacidade de renovação após serem utilizados pelo homem em suas atividades produtivas. Os recursos com tais características são, por exemplo, as plantas, a água e o solo.

Já os recursos naturais não renováveis abrangem todos os elementos que são usados nas atividades antrópicas e que não têm capacidade de renovação. Com esse aspecto temos, por exemplo, o alumínio, o ferro, o petróleo, o ouro, o estanho, o níquel e muitos outros. Isso quer dizer que quanto mais se extrai, mais as reservas diminuem - diante desse fato é importante que sejam adotadas medidas de consumo comedido, poupando recursos para o futuro.

Diante de magnitude e complexidade da questão ambiental, é indispensável que haja a construção de uma economia descarbonizada, com aumento da produtividade hídrica e preservação da biodiversidade, tornando-se prioridade estratégica na agenda dos governos, devendo ser alvo de uma política ambiental transversal, que se envolva com as demais políticas públicas.

Vejamos agora os principais biomas brasileiros (retirado do site do Ministério do Meio Ambiente):

Amazônia - A Amazônia é o maior bioma do Brasil. A bacia amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo. Seu principal rio, o Amazonas, corta a região para desaguar no Oceano Atlântico. As estimativas situam a região como a maior reserva de madeira tropical do mundo. Seus recursos naturais – que, além da madeira, incluem enormes estoques de borracha, castanha, peixe e minérios, por exemplo – representam uma abundante fonte de riqueza natural. A região abriga também grande riqueza cultural, incluindo o conhecimento tradicional sobre os usos e a forma de explorar esses recursos naturais sem esgotá-los nem destruir o

habitat natural. Porém, toda essa grandeza não esconde a fragilidade do ecossistema local.

A floresta vive a partir de seu próprio material orgânico e seu delicado equilíbrio é extremamente sensível a quaisquer interferências. Os danos causados pela ação antrópica são muitas vezes irreversíveis. Ademais, a riqueza natural da Amazônia se contrapõe dramaticamente aos baixos índices socioeconômicos da região, de baixa densidade demográfica e crescente urbanização. Desta forma, o uso dos recursos florestais é estratégico para o desenvolvimento da região.

Caatinga - A caatinga ocupa uma área equivalente a 11% do território nacional. Engloba os estados Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o norte de Minas Gerais. Cerca de 27 milhões de pessoas vivem na região, a maioria carente e dependente dos recursos do bioma para sobreviver. A caatinga tem um imenso potencial para a conservação de serviços ambientais, uso sustentável e bioprospecção que, se bem explorado, será decisivo para o desenvolvimento da região e do país. A biodiversidade da caatinga ampara diversas atividades econômicas voltadas para fins agrosilvopastoris e industriais, especialmente nos ramos farmacêutico, cosmético, químico e alimentício.

Apesar da sua importância, o bioma tem sido desmatado de forma acelerada, principalmente nos últimos anos, devido principalmente ao consumo de lenha nativa, explorada de forma ilegal e insustentável, para fins domésticos e indústrias, ao

sobrepastoreio e a conversão para pastagens e agricultura. Frente ao avançado desmatamento que chega a 46% da área do bioma, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o governo busca concretizar uma agenda de criação de mais unidades de conservação federais e estaduais no bioma, além de promover alternativas para o uso sustentável da sua biodiversidade.

Merece destaque a destinação de recursos, para projetos que estão sendo executados, a partir de 2012, na ordem de 20 milhões de reais para a conservação e uso sustentável da caatinga por meio de projetos do Fundo Clima – MMA/BNDES, do Fundo de Conversão da Dívida Americana – MMA/FUNBIO e do Fundo Socioambiental - MMA/Caixa Econômica Federal, dentre outros. Os recursos disponíveis para a caatinga devem aumentar tendo em vista a previsão de mais recursos destes fundos e de novas fontes, como o Fundo Caatinga, do Banco do Nordeste - BNB, a ser lançado ainda este ano.

Estes recursos estão apoiando iniciativas para criação e gestão de Unidades de Conservação, inclusive em áreas prioritárias discutidas com estados, como o Rio Grande do Norte. Também estão custeando projetos voltados para o uso sustentável de espécies nativas, manejo florestal sustentável madeireiro e não madeireiro e para a eficiência energética nas indústrias gesseiras e cerâmicas. Pretende-se que estas indústrias utilizem lenha legalizada, advinda de planos de manejo sustentável, e que economizem este combustível nos seus processos produtivos.

A Caatinga ainda carece de um marco regulatório, ações e investimentos na sua conservação e uso sustentável. Para tanto, algumas medidas são fundamentais: a publicação da proposta de emenda constitucional que transforma caatinga e cerrado em patrimônios nacionais; a assinatura do decreto presidencial que cria a Comissão Nacional da Caatinga; a finalização do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Caatinga; a criação das Unidades de Conservação prioritárias, como aquelas previstas para a região do Boqueirão da Onça, na Bahia, e Serra do Teixeira, na Paraíba, e finalmente a destinação de um volume maior de recursos para o bioma.

Cerrado - O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando cerca de 22% do território nacional. A sua área contínua incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos enclaves no Amapá, Roraima e Amazonas. Neste espaço territorial encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade.

Considerado como *hotspot* mundial de biodiversidade, o Cerrado apresenta extrema abundância de espécies endêmicas e sofre com uma grande perda de habitat. Do ponto de vista da diversidade biológica, o cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo, abrigando quase 12 mil espécies de

plantas nativas já catalogadas. Além de grande diversidade em sua fauna.

Além dos aspectos ambientais, o cerrado tem grande importância social. Muitas populações sobrevivem de seus recursos naturais, incluindo etnias indígenas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos, babaqueiras, vazanteiros e comunidades quilombolas que, juntas, fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro, e detêm um conhecimento tradicional de sua biodiversidade.

Inúmeras espécies de plantas e animais correm risco de extinção. Estima-se que 20% das espécies nativas e endêmicas já não ocorram em áreas protegidas e que pelo menos 137 espécies de animais que ocorrem no cerrado estão ameaçadas de extinção. Depois da Mata Atlântica, o cerrado é o bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ocupação humana. Com a crescente pressão para a abertura de novas áreas, visando incrementar a produção de carne e grãos para exportação, tem havido um progressivo esgotamento dos recursos naturais da região. Nas três últimas décadas, o cerrado vem sendo degradado pela expansão da fronteira agrícola brasileira. Além disso, o bioma cerrado é palco de uma exploração extremamente predatória de seu material lenhoso para produção de carvão.

Apesar do reconhecimento de sua importância biológica, de todos os *hotspots* mundiais, o Cerrado é o que possui a menor

porcentagem de áreas sobre proteção integral. O Bioma apresenta 8,21% de seu território legalmente protegido por unidades de conservação; desse total, 2,85% são unidades de conservação de proteção integral e 5,36% de unidades de conservação de uso sustentável, incluindo RPPNs (0,07%). Considera-se *hotspot* é toda área prioritária para conservação, isto é, de alta biodiversidade e ameaçada no mais alto grau. No Brasil há dois hotspots: o Cerrado e a Mata Atlântica.

Mata Atlântica - A Mata Atlântica é formada por um conjunto de formações florestais e ecossistemas associados como as restingas, manguezais e campos de altitude. Hoje os remanescentes de vegetação nativa estão reduzidos a cerca de 22% de sua cobertura original e encontram-se em diferentes estágios de regeneração.

Além de ser uma das regiões mais ricas do mundo em biodiversidade, a Mata Atlântica tem importância vital para aproximadamente 120 milhões de brasileiros que vivem em seu domínio, onde são gerados aproximadamente 70% do PIB brasileiro. Ela regula o fluxo dos mananciais hídricos, assegura a fertilidade do solo, suas paisagens oferecem belezas cênicas, controla o equilíbrio climático e protege escarpas e encostas das serras, além de preservar um patrimônio histórico e cultural imenso. Neste contexto, as áreas protegidas, como as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas, são fundamentais para a manutenção de amostras representativas e viáveis da diversidade biológica e cultural da Mata Atlântica.

A cobertura de áreas protegidas na Mata Atlântica avançou expressivamente ao longo dos últimos anos, com a contribuição dos governos federais, estaduais e mais recentemente dos governos municipais e iniciativa privada. No entanto, a maior parte dos remanescentes de vegetação nativa ainda permanece sem proteção. Assim, além do investimento na ampliação e consolidação da rede de áreas protegidas, as estratégias para a conservação da biodiversidade visam contemplar também formas inovadoras de incentivos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, tais como a promoção da recuperação de áreas degradadas e do uso sustentável da vegetação nativa, bem como o incentivo ao pagamento pelos serviços ambientais prestados pela Mata Atlântica.

Pampa - O pampa está restrito ao estado do Rio Grande do Sul, onde ocupa uma área correspondente a 63% do território estadual e a 2,07% do território brasileiro. As paisagens naturais do pampa são variadas, de serras a planícies, de morros rupestres a coxilhas. O bioma exibe um imenso patrimônio cultural associado à biodiversidade. As paisagens naturais do pampa se caracterizam pelo predomínio dos campos nativos, mas há também a presença de matas ciliares, matas de encosta, matas de pau-ferro, formações arbustivas, butiazais, banhados, afloramentos rochosos, etc.

Trata-se de um patrimônio natural, genético e cultural de importância nacional e global. Também é no pampa que fica a maior parte do aquífero Guarani. Desde a colonização ibérica, a pecuária extensiva sobre os campos nativos tem sido a principal atividade econômica da região. Além de proporcionar resultados econômicos importantes, tem permitido a conservação dos campos e ensejado o

desenvolvimento de uma cultura mestiça singular, de caráter transnacional representada pela figura do gaúcho. A progressiva introdução e expansão das monoculturas e das pastagens com espécies exóticas têm levado a uma rápida degradação e descaracterização das paisagens naturais do Pampa. Estimativas de perda de hábitat dão conta de que em 2002 restavam 41,32% e em 2008 restavam apenas 36,03% da vegetação nativa do bioma pampa.

Pantanal - O bioma Pantanal é considerado uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta. Este bioma continental é considerado o de menor extensão territorial no Brasil, entretanto este dado em nada desmerece a exuberante riqueza que o referente bioma abriga. Em seu espaço territorial o bioma, que é uma planície aluvial, é influenciado por rios que drenam a bacia do Alto Paraguai. O Pantanal sofre influência direta de três importantes biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. Além disso sofre influencia do bioma Chaco (nome dado ao bioma localizado no norte do Paraguai e leste da Bolívia).

Uma característica interessante desse bioma é que muitas espécies ameaçadas em outras regiões do Brasil persistem em populações avantajadas na região, como é o caso do tuiuiú – ave símbolo do Pantanal.

Apesar de sua beleza natural exuberante o bioma vem sendo muito impactado pela ação humana, principalmente pela atividade agropecuária, especialmente nas áreas de planalto adjacentes do bioma. Assim como a fauna e flora da região são admiráveis, há de

se destacar a rica presença das comunidades tradicionais como as indígenas, quilombolas, os coletores de iscas ao longo do Rio Paraguai, comunidade Amolar e Paraguai Mirim, dentre outras. No decorrer dos anos essas comunidades influenciaram diretamente na formação cultural da população pantaneira.



6. Desmatamento

O desmatamento é um processo de degradação da vegetação nativa de uma região e pode provocar um processo de desertificação. O mau uso dos recursos naturais, a poluição e a expansão urbana são alguns fatores que devastam ambientes naturais e reduzem o número de habitat para as espécies.

Nos últimos anos, a atividade humana tem invadido o meio ambiente em diferentes escalas e velocidades, o que resulta na degradação de biomas. Além de lançar na água, no ar e no solo substâncias tóxicas e contaminadas, o homem também agride o ambiente capturando e matando animais silvestres e aquáticos e destruindo matas.

Muitas florestas naturais já foram derrubadas para dar lugar a estradas, cidades, plantações, pastagens ou para fornecer madeira. No processo de desmatamento, primeiro são retiradas as madeiras de árvores nobres, depois as de menor porte e, em seguida, toda a vegetação rasteira é destruída. As queimadas também são causas de destruição das matas. Elas acabam com o capim e a cobertura florestal que ainda sobrou da degradação.

A Mata Atlântica foi a principal vítima do desmatamento florestal no País e hoje tem pouco do que seria seu território original. Ela é reconhecida como o bioma brasileiro mais descaracterizado. Já o cerrado brasileiro perdeu quase metade da vegetação original. Mesmo hoje são desmatados ainda são desmatadas grandes áreas por ano, principalmente no oeste da Bahia – na divisa com Goiás e Tocantins – e no norte de Mato Grosso. As áreas coincidem com as regiões produtoras de grãos, de carvão vegetal e pecuária.

A floresta amazônica brasileira permaneceu praticamente intacta até os anos 1970, quando foi inaugurada a rodovia Transamazônica. A partir daí, passou a ser desmatada para criação de gado, plantação de soja e exploração da madeira. Em busca de madeiras de lei como o mogno, empresas madeireiras instalaram-se na região amazônica para fazer a exploração ilegal. Como a maior floresta tropical existente, ela é uma das grandes preocupações do mundo inteiro.

O desmatamento da Amazônia provoca impacto na biodiversidade global, na redução do volume de chuvas e contribui

para a piora do aquecimento global. Deve-se ressaltar que, em razão de sua localização geográfica e características naturais, o Brasil será fortemente impactado pelo aumento do aquecimento global. Caso isso venha a se confirmar, espera-se que o regime pluviométrico se altere, com fortes chuvas na Região Sul-Sudeste e intensificação nos períodos de seca no semiárido Nordeste.

7. Matriz energética

A matriz energética brasileira é uma das mais limpas do mundo, devido a considerável presença de fontes renováveis de energia. Entre as grandes nações, a matriz energética brasileira é a mais equilibrada. Enquanto, no Brasil, as fontes renováveis têm cerca de 45% de participação na matriz energética, no mundo esse percentual não passa de 13%. Nos países ricos, não passa de 8%.

O Brasil conta com mais de 86% de fontes renováveis (80% de hidráulica e 6% de biomassa e eólica) para a produção específica de energia elétrica. No mundo, a participação média da energia hidráulica na produção de energia elétrica é de 16%. Pode-se dizer, ainda, que o modelo energético brasileiro apresenta um forte potencial de expansão, o que resulta em uma série de oportunidades de investimento de longo prazo.

São políticas públicas importantes:

- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) - o programa tem o objetivo de desenvolver fontes alternativas e renováveis de energia para a produção de

eletricidade, levando em conta características e potencialidades regionais e locais e investindo na redução de emissões de gases de efeito estufa.

- Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural - o objetivo desse programa é incentivar o uso eficiente destas fontes de energia não renováveis no transporte, nas residências, no comércio, na indústria e na agropecuária. Criada em 1991, a iniciativa estabelece convênios de cooperação técnica e parcerias com órgãos governamentais, não governamentais, representantes de entidades ligadas ao tema e também organiza e promove projetos. A racionalização do uso da energia é fundamental para diminuir impactos ambientais, reduzir custos, aumentar a produtividade e assegurar o desenvolvimento sustentável do País.
- Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - desde 2004 o Brasil conta com o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, que regulamenta a produção e a distribuição do biodiesel brasileiro, produzido com oleaginosas. O País é o terceiro maior produtor dessa fonte energética do mundo, atrás apenas da Alemanha, Estados Unidos, tendo ultrapassado a França.
- Programa Luz Para Todos – o Governo Federal lançou o programa em novembro de 2003 com a meta de acabar com a exclusão elétrica no País.

A maior dificuldade da matriz energética brasileira é a sua falta de diversidade. Atualmente, fatores ambientais implicam diretamente na oferta de energia elétrica, muito em razão da falta de infraestrutura. Ou seja, se há escassez de chuvas, a oferta fica comprometida. A infraestrutura brasileira apresenta sérios problemas, de maneira que qualquer situação imprevisível pode comprometer a distribuição de energia para produtores e consumidores. De acordo com especialistas na área, o Brasil deveria aumentar a sua produção em usinas, garantindo, dessa maneira, a oferta permanente, além de investir na modernização da infraestrutura existente.

Diversos apagões, pelas mais diversas regiões do país, sobretudo no Nordeste, apontaram para as deficiências de nosso sistema. As causas apontadas foram principalmente por razões naturais (falta de chuva e raios) e a falta de investimentos na infraestrutura do setor. O governo argumenta que não pode investir de uma só vez na infraestrutura, pois isso acarretaria imediatamente um aumento muito grande no preço pago pelo consumidor por energia. Além disso, o governo tem rechaçado a possibilidade de uma falta de energia mais séria e comprometedora.

Recentemente ocorreram blecautes de eletricidade nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. De acordo com o Ministério das Minas e Energia, tais apagões foram resultantes de problemas naturais, por falhas técnicas e pelo envelhecimento da rede de distribuição elétrica, o que evidencia os problemas infraestruturais nesse setor. O governo argumenta que tem procurado investir em projetos de aumento de oferta e melhoria infraestrutural, todavia,

aparentemente, aquém do necessário. Algumas regiões e estados permanecem extremamente precários no que concerne ao fornecimento e uso de energia elétrica. No Norte, Amazonas, Amapá e Roraima sequer recebem energia do Sistema Interligado Nacional. Amazonas tem seu fornecimento dependente de termelétricas e Roraima importa energia da Venezuela, país que sofre com problemas de blecaute e, conseqüentemente, de fornecimento.

Nesse sentido, o governo federal decidiu construir a usina de Belo Monte, no Rio Xingu (PA). Esse empreendimento continua em andamento, mas não sem ser alvo de fortes críticas e protestos. As obras têm sido regularmente paralisadas devido às ocupações de povos indígenas, além de ambientalistas críticos do modelo implementado. Os ambientalistas são contrários à construção de represas e usinas na Amazônia legal, por causa dos fortes impactos ambientais gerados por elas.

Em 2008, a Petrobrás deu início à extração de petróleo no pré-sal. Todavia, a discussão em relação à distribuição de recursos no Congresso – distribuição de royalties – estendeu-se por bastante tempo. Por essa razão, o governo teve, naquele momento, que suspender os leilões nas licitações para exploração dos poços de pré-sal. Isso fez com que houvesse atraso no estabelecimento de consórcios entre empresas estrangeiras e a Petrobrás. No fim de 2013, a lei sobre os royalties do petróleo foi enfim publicada.

A Lei dos Royalties estabelece que o governo federal, estados e municípios apliquem os recursos obtidos como compensação ao

Poder Público pela produção de petróleo em duas áreas específicas: 75% para a educação e 25% para a saúde. Os royalties são tributos pagos ao governo federal pelas empresas que exploram petróleo como compensação por possíveis danos ambientais causados pela extração.

O petróleo é a fonte de energia mais utilizada em todo o planeta. Após ele, vem o carvão, que é utilizado nas siderúrgicas. A partir de 1973, a matriz mundial foi fortemente impactada com o primeiro colapso ocasionado pela alta dos preços do petróleo, decidida por países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). A partir da década de 1990, a preocupação passou a ser com as emissões de carbono dos combustíveis de petróleo e queima de carvão, que agravam o efeito estufa, embora este seja um fenômeno natural. No início deste século, tem-se observado o aumento da procura por energias mais limpas, fontes renováveis, que se mostram a solução para um futuro energético saudável no planeta.

8. Ebola

A epidemia de ebola que se agrava na África e se espalha pelo mundo foi definida, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como uma “emergência de saúde pública de alcance mundial”. A doença é causada por um vírus extremamente mortal – historicamente cerca de 90% das pessoas infectadas por ele morrem e mais da metade dos infectados pelo surto atual já morreram -, sendo que a contaminação se dá por meio de exposição a sangue, saliva ou secreção de quem está contaminado. Os seres humanos também

podem ser contaminados mediante contato com animais contaminados. Os sintomas iniciais da ebola incluem febre, fraqueza extrema, dores de garganta e musculares, vômitos e diarreia.

A atual epidemia, entre as de ebola, já pode ser considerada a pior da história. A doença apareceu originalmente no território da atual República Democrática do Congo, em 1976. A partir daí, se espalhou do oeste, região mais afetada, para o leste, atingindo países como Uganda e Sudão. O atual surto do vírus ebola tem a especificidade de ter se iniciado na Guiné, que jamais havia registrado um caso anteriormente, e de estar se espalhando por áreas urbanas. De Guiné, o surto de ebola atingiu Libéria, Serra Leoa e Nigéria, espalhando-se desde então.

Segundo a organização Médicos Sem Fronteiras, o surto pode ser considerado como "sem precedentes", uma vez que os casos já se distribuíram por áreas distantes de Guiné e que já atingem países distantes, como, por exemplo, os Estados Unidos. Diversos países como China, Vietnã e Filipinas já adotaram medidas rigorosas para conter a entrada da doença. Por enquanto, não há cura para a doença que poderá vir a ser classificada como pandemia, caso tome proporções ainda mais catastróficas.

9. Crise de água em SP

Para que entendamos a crise de água em São Paulo, devemos, primeiramente, lembrar que o período tradicionalmente chuvoso, que vai de outubro a março, sofreu uma estiagem atípica, ou seja, quando se esperava chuva, não choveu. Entretanto, a crise de água

não é responsabilidade absoluta das condições meteorológicas: já era de conhecimento dos órgãos responsáveis que o sistema Cantareira era insuficiente.

O Sistema Cantareira está com o menor volume de armazenamento em toda a sua história, apesar de abastecer cerca de dez milhões de pessoas, sendo, por isso, considerado um dos maiores do mundo. Para conter esse problema, a Sabesp ofereceu um bônus: se os consumidores consumissem 20% menos água, ganhariam desconto de 30% na conta seguinte. Contudo, essa medida é apenas paliativa e, de acordo com diversos especialistas, ela está longe de ser capaz de resolver o problema. Na realidade, além da questão climática que originou a crise, a falta de melhor estrutura também foi determinante.

9 – Questões comentadas

1) (CESPE - 2012 - IBAMA - Técnico Administrativo) A recente decisão do governo brasileiro de abandonar a ideia de editar o Código Florestal, tomada devido à difícil e complexa tramitação da matéria no Congresso Nacional, possivelmente resultará no avanço da degradação de áreas de nascentes dos rios, não apenas na região do Pantanal.

Pessoal, o Código Florestal foi aprovado, tendo algumas de suas partes vetadas. Portanto, não podemos afirmar que houve um abandono da edição do Código. Questão errada.

2) (CESPE - 2012 - IBAMA - Técnico Administrativo) Com vistas a respeitar e preservar a biodiversidade marinha, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em decisão ratificada individualmente pelos Estados que a integram, veda aos grandes barcos pesqueiros jogar suas redes turbinadas com chumbo ao mar, ou seja, proíbe a tradicional prática da pesca de arrasto.

Vejam essa notícia de O Globo, em 9 de setembro de 2012:

“Na ONU, os países se comprometeram a realizar estudos de impacto ambiental da pesca em alta profundidade. As áreas com ecossistemas marinhos vulneráveis seriam fechadas. Havendo qualquer ameaça à sustentabilidade dessas regiões, uma regra de abandono entraria em vigor, proibindo a presença de embarcações com redes ou equipamentos que pudessem atingir habitats frágeis.

Os avanços, desde então, foram muito menores do que o desejado. A dimensão econômica da proposta entrou na balança e mereceu mais considerações do que o impacto ambiental da pesca. **Prova disso é o final frustrante debate sobre os oceanos na Rio+20, em junho — que, acreditava-se, traria algum avanço. Em vez de uma legislação para os mares internacionais, os países-membros da ONU contentaram-se, no documento final, com termos vagos como "tomada de ações urgentes" e "consideração de um debate".**

Assim, amigos e amigas, a briga se dá no sentido de que os ambientalistas lutam para que a pesca de arrasto seja proibida – o que ainda não aconteceu. Questão errada.

3) (CESPE - 2012 - MPE-PI - Cargos de Nível Superior - Conhecimentos básicos para os cargos de 1 a 5 e 7 a 9) O

aquecimento global é considerado atualmente um problema de dimensão preocupante por envolver mudanças climáticas que afetam a vida no planeta.

Aquecimento global é “o aumento da temperatura terrestre (não só numa zona específica, mas em todo o planeta) e tem preocupado a comunidade científica cada vez mais. Acredita-se que seja devido ao uso de combustíveis fósseis e outros processos em nível industrial, que levam à acumulação na atmosfera de gases propícios ao Efeito Estufa, tais como o Dióxido de Carbono, o Metano, o Óxido de Azoto e os CFCs”. Dessa forma, percebemos que o aquecimento global não se relaciona a uma zona específica, sendo GLOBAL, ou seja, mundial. Questão certa.

4) (CESPE - 2012 - MPE-PI - Cargos de Nível Superior - Conhecimentos básicos para os cargos de 1 a 5 e 7 a 9) A China, por possuir um desenvolvimento econômico que se baseia na agricultura orgânica e na industrialização tecnologicamente avançada, é um dos países que menos emitem CO₂ na atmosfera.

Na realidade, a China é um dos países que mais emite CO₂ na atmosfera. Vejam a notícia do Estadão:

“A China foi a principal responsável por um salto nas emissões globais de dióxido de carbono (CO₂) em 2011 para o nível mais alto já registrado, enquanto os Estados Unidos e a Europa conseguiram reduções, informou a Agência Internacional de Energia (AIE) nesta quinta-feira”.

Portanto, a questão está errada.

5) (CESPE - 2012 - MPE-PI - Cargos de Nível Superior - Conhecimentos básicos para o cargo 6) Além de contar com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Organização das Nações Unidas tem-se notabilizado por organizar grandes conferências mundiais voltadas para as questões ambientais e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Como parte considerável da aula foi exatamente sobre essas grandes conferências, acredito que ninguém erraria essa questão. As principais conferências sobre o meio ambiente organizadas pela ONU foram: Estocolmo, ECO-92, Kyoto, Johannesburgo e Rio + 20. Questão certa.

6) (CESPE - 2012 - MPE-PI - Cargos de Nível Superior - Conhecimentos básicos para o cargo 6) O êxito da campanha mundial em favor do desenvolvimento sustentável pode ser mensurado por algumas vitórias significativas, como, por exemplo, a redução da produção e do consumo de plástico em escala universal.

Não podemos dizer que o êxito dessa campanha pode ser mensurado pela redução da produção e do consumo de plástico, em escala mundial, simplesmente porque ainda não houve essa redução mundial. Algumas medidas estão sendo adotadas em diversos pontos do planeta, entretanto essas medidas são muito específicas e regionais. Questão errada.

7) (CESPE - 2012 - MPE-PI - Cargos de Nível Superior - Conhecimentos básicos para o cargo 6) Em decorrência da poluição atmosférica, que atingiu níveis bastante elevados, as posições e os interesses de especialistas, organizações sociais e políticos em geral convergiram nos últimos anos.

Na verdade essas posições continuam divergentes. Inclusive, como conversamos, todas essas grandes conferências foram marcadas por divergências entre ambientalistas e desenvolvimentistas e entre países subdesenvolvidos e países desenvolvidos. Questão errada.

8) (CESPE - 2012 - TJ-AL - Analista Judiciário - Área Judiciária - Conhecimentos Básicos - adaptada) O termo sustentabilidade — cunhado em 1987 pela Organização das Nações Unidas (ONU), no documento Nosso Futuro Comum — foi incorporado definitivamente ao vocabulário mundial contemporâneo. O conceito de uso sustentável da natureza, por exemplo, já compõe a base de diversos programas, projetos e ações voltados para a preservação ambiental. Considerando essas informações, assinale a opção que apresenta a síntese da definição de sustentabilidade.

- a) Os recursos naturais devem ser explorados, visto que a vida humana no planeta depende dessa exploração, estando irremediavelmente inviabilizada ou condenada à estagnação caso a natureza mantenha-se intocada.**

- b) Os recursos naturais exigem proteção absoluta, razão pela qual a ONU assumiu a responsabilidade de monitorar as atividades produtivas e comerciais em escala global.**
- c) Os recursos naturais devem ser usados de modo que a natureza os possa repor, assegurando-se, dessa forma, o atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras.**
- d) Os recursos naturais devem ser preservados pelos países classificados como emergentes, já que não é possível aos mais ricos retrocederem no tempo e modificarem seu modelo econômico.**
- e) Os recursos naturais devem ser preservados em qualquer situação, o que pressupõe o abandono de atividades econômicas comprometidas primordialmente com a obtenção de lucro material e secundariamente com a preservação ambiental.**

Sustentabilidade não significa dizer que os recursos naturais não devem ser utilizados. Na realidade, sustentabilidade significa que os recursos devem ser utilizados de maneira a não comprometer as gerações futuras – para isso a natureza deve conseguir repô-los. Letra “c”.

9) (CESPE - 2012 - Banco da Amazônia - Técnico Bancário)
Entre as novidades do Código Florestal, a única elogiada

pelos movimentos ecológicos é a que elimina a necessidade de manutenção de áreas de reserva legal na Amazônia.

Gente, vocês acham que os ambientalistas iriam elogiar a eliminação da manutenção de áreas de reservas?! Claro que não! Essa questão é puramente de interpretação textual. Questão errada.

10) (CESPE - 2012 - Banco da Amazônia - Técnico Bancário)
A presidenta Dilma Rousseff, além de vetar diversos pontos do novo Código Florestal, apresentou medida provisória com diversas propostas de modificação no texto aprovado pelo Congresso Nacional.

Exatamente, com a Medida Provisória 571 de 2012. Vejam a notícia de Exame em setembro:

“Votada ontem à noite (18/9/12) na Câmara dos Deputados, a Medida Provisória 571/12, que preenche lacunas dos vetos da presidente Dilma Rousseff ao novo Código Florestal, gerou um resultado de sabor amargo para o governo e com potenciais prejuízos ao meio ambiente”.

Questão correta.

11) (CESPE - 2012 - Banco da Amazônia - Técnico Bancário)
Depois da aprovação do novo Código Florestal pelo Congresso Nacional, houve diversas manifestações, principalmente de ambientalistas. Nessas manifestações, reivindicou-se o veto integral ao texto.

Vejam a notícia do portal G1:

“Ambientalistas consultados pelo G1 ficaram insatisfeitos com o anúncio do veto parcial do novo Código Florestal, feito nesta sexta-feira (25/05/2012) em Brasília. **As organizações da área apoiavam o veto integral ao texto aprovado pela Câmara em abril**, mas esse não foi o único ponto de discórdia”.

Questão correta.

12) (CESPE - 2012 - Banco da Amazônia - Técnico Bancário)
O motivo principal para a edição do novo Código Florestal foi a obsolescência do texto anterior, que não sofria alterações desde sua edição, na época dos governos militares.

O que será obsolescência, povo?!?! Essa bela palavra nada mais significa do que tornar antigo, ultrapassado. A questão induziu muitos candidatos ao erro. Que o motivo principal foi a obsolescência, tudo bem. Mas dizer que o texto não sofria alterações está errado. Ao longo das décadas o texto foi sendo alterado de forma parcial. Questão errada.

13) (CESPE - 2012 - Banco da Amazônia - Técnico Científico - Conhecimentos Básicos para os Cargos de 1 a 15) A Rio+20 contou apenas com a presença de representantes oficiais de Estados-membros da ONU, inexistindo participação do setor privado ou da comunidade científica mundial.

Nesse tipo de conferência sempre há participação do setor privado e/ou da comunidade científica. Questão errada, sem muitos problemas.

14) (CESPE - 2012 - Banco da Amazônia - Técnico Científico - Conhecimentos Básicos para os Cargos de 1 a 15) Um dos aspectos que atraíram a atenção global para a Rio+20 foi o fato de ela ter sido a primeira conferência de âmbito internacional promovida pela ONU para tratar do meio ambiente desde 1992.

Aí não, pessoal. Houve outras conferências nesse tempo, como, por exemplo, a Rio + 10. Questão errada.

15) (CESPE - 2012 - Banco da Amazônia - Técnico Científico) A Rio+20 é assim conhecida porque marca os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92.

Perfeito. Questão correta.

16) (CESPE - 2012 - TJ-RR - Nível Superior - Conhecimentos Básicos) Antes da Rio+20, conferência que marcou os vinte anos da Rio-92, outras conferências mundiais para a discussão da questão ambiental foram promovidas pela Organização das Nações Unidas em diversos continentes, como a chamada Rio+10, em Johannesburgo, na África do Sul, dedicada, entre outros assuntos, à avaliação do cumprimento dos compromissos firmados em 1992, no Rio de Janeiro.

Perfeito. Questão correta.

17) (CESPE - 2012 - TJ-RR - Nível Médio - Conhecimentos Básicos) A emissão demasiada de gases poluentes originou um fenômeno inédito na natureza, o efeito estufa.

Eu acho essa questão muito legal, pois se trata de uma pegadinha clássica. O efeito estufa é inédito na natureza? Não, na verdade ele é um fenômeno natural. Acontece que a emissão de gases poluentes agrava a situação do aquecimento global, alterando as condições climáticas do planeta – o que implica o efeito estufa. Questão errada.

18) (CESPE - 2012 - TJ-RR - Nível Médio - Conhecimentos Básicos) Os efeitos do desequilíbrio ambiental e do consumo desenfreado atingirão homogeneamente o planeta, igualando países desenvolvidos e não desenvolvidos como alvos de um mesmo problema.

O desequilíbrio ambiental e o consumo desenfreado afetam mais os países pobres que os ricos, portanto não se pode dizer que os países serão atingidos homogeneamente. Questão errada.

19) (CESPE - 2012 - TJ-RR - Nível Médio - Conhecimentos Básicos) A Organização das Nações Unidas trata não apenas de questões relacionadas à política e à segurança mundial, mas também se volta, entre outros, para assuntos referentes à educação, à cultura, à agricultura e ao meio ambiente.

Exato, a ONU possui vários outros órgãos específicos, inclusive para o meio ambiente. Questão correta.

20) (CESPE - 2012 - STJ - Analista Judiciário - Área Judiciária - Conhecimentos Básicos) O fato de a camada de gelo estar diminuindo em determinadas áreas da Antártica pode estar relacionado ao processo de esfriamento da temperatura terrestre, grave problema sobre o qual os cientistas têm feito sucessivos alertas.

Esfriamento? O correto seria aquecimento, não é!? Questão errada.

21) (CESPE - 2013 - Ibama - Analista Ambiental) O Congresso Nacional não aprovou um Código Florestal totalmente novo, haja vista que o anterior, datado de 1965, não foi totalmente revogado. Desse código, permaneceram em vigor, por exemplo, os tópicos relativos à ocupação de terras indígenas.

Pessoal, essa questão está errada, pois o Novo Código Florestal revogou completamente o Código anterior. Questão errada.

22) (CESPE - 2013 - Ibama - Analista Ambiental) Mesmo com a aprovação de um novo Código Florestal, as divergências entre ambientalistas e ruralistas permaneceram, e o debate prosseguiu. Esse fato levou o governo federal a editar um

decreto regulando a recomposição de áreas de proteção permanente.

Exatamente. Houve divergências entre ambientalistas e ruralistas e que o governo editou exatamente um decreto regulamentando a recomposição de áreas de proteção permanente (pois esse item havia sido vetado). Questão certa.

23) (CESPE - 2013 - Ibama - Analista Ambiental) Uma das conquistas da Rio+ 20 foi o estabelecimento de um processo intergovernamental sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável global, a ser acordado pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

De acordo com o texto aprovado na Rio + 20, “resolvemos estabelecer um processo intergovernamental inclusivo e transparente sobre objetivos de desenvolvimento sustentável que está aberto a todos os interessados, com vista a desenvolver os objetivos de desenvolvimento sustentável global a ser acordado pela Assembleia Geral das Nações Unidas”. Questão correta.

24) (CESPE - 2013 - Ibama - Analista Ambiental) A conferência Rio + 20 foi marcada pela assinatura da Agenda 21, em que vinte e sete princípios relativos ao desenvolvimento sustentável foram assumidos por todos os Estados-membro presentes.

Pessoal, a Agenda 21 foi aprovada na ECO – 92. Na Rio + 20, o texto aprovado foi chamado de Futuro que Queremos. Aliás, os

ambientalistas, jocosamente, chamam o texto de Futuro que não queremos. Questão errada.

25) (CESPE - 2013 - Ibama - Analista Ambiental) O governo brasileiro, sob o influxo da Rio+20, instituiu, por lei, a Política Nacional de Mudanças Climáticas, que estabelece para o país metas de redução de suas emissões de CO₂ até o ano de 2020.

A Política Nacional de Mudanças Climáticas foi instituída pela Lei 12.187 de 2009. Dessa maneira, é óbvio que ela não foi instituída pela Rio + 20, que ocorreu em 2012. Questão errada.

26) (CESPE - 2013 - Ibama - Analista Ambiental) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado um direito fundamental de terceira geração, em razão de ser baseado no interesse comum que liga e une as pessoas e ter caráter universal.

Essa questão é mais de Direito Constitucional do que de Atualidades, mas não custa nada ampliar os conhecimentos. Os direitos fundamentais de 3ª geração são os direitos coletivos e difusos, entre os quais se incluem o direito à paz e a um meio ambiente equilibrado. Questão correta.

27) (QUADRIX - Analista de Processamento - Dataprev - 2011) O Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal) utiliza imagens feitas por satélite para registrar o índice de desmatamento na

Amazônia. Entre agosto de 2009 e julho de 2010 foram desmatados 6541 quilômetros quadrados da floresta. Entretanto, algumas medidas adotadas pelo Estado brasileiro, como a restrição de créditos a pecuaristas invasores de áreas preservadas, vêm procurando diminuir o desmatamento na região. Sobre os índices de desmatamento na Amazônia nos últimos anos, é correto dizer que:

(A) o desmatamento cresce vertiginosamente nos últimos cinco anos, tornando o Brasil o maior emissor de gases do efeito estufa no mundo.

(B) os índices têm sido praticamente idênticos nos últimos dez anos, não havendo aumento ou diminuição da região total desmatada anualmente.

(C) os índices dos últimos cinco anos apontavam uma clara tendência de redução da área total desmatada anualmente; porém, dados de 2011 apontam um novo crescimento do desmatamento na região.

(D) o desmatamento na Amazônia cresce constantemente nos últimos cinco anos, porém em proporções menores se comparado aos índices da década de 1970.

(E) devido à aceleração do ritmo de desmatamento nos últimos dez anos mais de 50% do total original da floresta amazônica já se tornou área desertificada.

Pessoal, pelo que foi dito na parte teórica, acredito que vocês tenham marcado letra c, tendo em vista a diminuição do desmatamento. Não é obrigação saber isso, mas em 2011 realmente houve um aumento desse índice. De qualquer maneira, na média, o índice de desmatamento tem diminuído nos últimos anos. Letra “c”.

28) (Cespe – MDIC – Agente Administrativo – 2014) A poluição atmosférica é um dos mais graves problemas do mundo contemporâneo e, caso nada seja feito para reduzi-la ou impedir sua expansão, colocará em risco a própria sobrevivência no planeta.

De fato a maior parte dos cientistas, países e organizações apontam a poluição como um perigo para a sobrevivência humana. Questão correta.

29) (FCC - Escriturário-Banco do Brasil - 2011) Após semanas de debates, a Câmara dos Deputados aprovou (maio de 2011) o texto da reforma do Código Florestal. Um dos pontos polêmicos do novo texto é a

(A) instituição de uma ampla reforma agrária a partir de 2012.

(B) elevação dos impostos para os que cultivam cana para produção de etanol.

(C) flexibilização da ocupação dos solos em áreas como as várzeas dos rios.

(D) extinção dos minifúndios improdutivos em áreas densamente povoadas.

(E) expressa proibição de venda de terras na Amazônia para grupos estrangeiros.

Para acertar essa bastava estar atento à questão anterior. Vou repetir o comentári:

“Um dos artigos vetados pela presidente Dilma Rousseff foi alvo de grande discussão no Congresso antes de ser aprovados. **O artigo que previa uma recuperação de pelo menos 15 metros das matas de beira de rios em propriedades médias. Com o veto, esse limite mínimo volta a ser de 20 metros. O texto que foi aprovado falava em 15m**”. Dessa maneira, podemos afirmar que um dos pontos polêmico está na flexibilização da ocupação dos solos em áreas como as várzeas dos rios.

Letra “c”.

30) (FCC - Escriturário-Banco do Brasil - 2011) O IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) concedeu ontem (26/01/2011) a licença para a instalação do canteiro de obras da usina, no Pará. O licenciamento, esperado desde meados do segundo semestre do ano passado, era fundamental para que a usina pudesse sair do papel. Caso a licença não fosse dada agora, o consórcio construtor perderia a chamada janela hidrológica,

época antes das chuvas na Região Norte, e o início das obras da usina teria que ser adiado para 2012, atrasando o trabalho em cerca de um ano.

(Adaptado de <http://clippingmp.planejamento.gov.br>)

O nome da usina que será construída no Pará é:

(A) Santo Antonio.

(B) Jupia.

(C) Furnas.

(D) Belo Monte.

(E) Itaipu.

Trata-se de Belo Monte, pessoal. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte é uma central hidrelétrica que está sendo construída no Rio Xingu, no estado brasileiro do Pará, nas proximidades da cidade de Altamira. Mesmo depois de várias polêmicas e constantes protestos, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte segue a todo vapor. Aproximadamente 16% das obras do empreendimento, localizado na região do Xingu, no sudoeste do Pará, já foram concluídos.

O sítio Belo Monte é o principal canteiro de obras da hidrelétrica, onde vai funcionar o coração da usina. É onde está em construção a casa de força principal do empreendimento, onde vão funcionar 18 turbinas, com capacidade para gerar cerca de 11 mil megawatts (MW) de energia elétrica.

A polêmica em torno da construção da usina de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu, em sua parte paraense, já dura mais de 20 anos. Entre muitas idas e vindas, a hidrelétrica de Belo Monte, hoje considerada a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, vem sendo alvo de intensos debates na região, desde 2009, quando foi apresentado o novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) intensificando-se a partir de fevereiro de 2010, quando o Ministério do Meio Ambiente concedeu a licença ambiental prévia para sua construção.

Letra “d”.

31) (UNEAL) O conceito de Desenvolvimento Sustentável parte do princípio de que

a) para sustentar o consumo da população mundial, a destruição do meio ambiente deveria ser contida nos países pobres.

b) o atendimento às necessidades básicas das populações, no presente, não deve comprometer os padrões de vida das gerações futuras.

c) o padrão básico de vida populacional tem esgotado os recursos naturais e a alternativa seria rever o modo de viver nas grandes cidades.

d) o desenvolvimento industrial deve diminuir, adaptando um novo modo de vida às gerações atuais e otimizando o uso de produtos artesanais.

e) a diminuição da retirada de recursos naturais renováveis e não renováveis buscam estabelecer novas formas de convívio com o meio agropecuário.

Questão tranquila, não é verdade? Conforme vimos, o desenvolvimento sustentável é diferente do desenvolvimento zero. O desenvolvimento sustentável propõe um crescimento econômico que não comprometa as gerações futuras. Portanto, letra “b”.

32) (Cespe – TJDF – Técnico Judiciário: Área Administrativa – 2013) Entre as personalidades que lutam contra a poluição ambiental urbana, destaca-se a ativista cubana Yoani Sánchez, que esteve recentemente no Brasil para divulgar a recomendação da Organização Mundial da Saúde para que se reduzam os índices da poluição urbana, altamente nociva à saúde.

Na verdade, Yoani Sánchez luta pela liberdade de expressão e não contra a poluição ambiental urbana. Questão errada.

33) A partir de 1970, surge uma preocupação com os problemas ambientais decorrentes do modelo econômico adotado pelos países capitalistas. Desde então, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem realizando conferências com os objetivos de debater questões sobre o desenvolvimento e o meio ambiente e de apresentar soluções que possam diminuir os impactos ambientais no planeta.

Sobre essas conferências e as propostas apresentadas, assinale a alternativa correta.

a) Na Conferência de Estocolmo, na Suécia, em 1972, discutiram-se duas propostas sobre o desenvolvimento e o meio ambiente: a do Desenvolvimento Zero e a do Desenvolvimento a Qualquer Preço. Essa conferência significou a primeira tentativa mundial de equacionamento dos problemas ambientais.

b) Na ECO-92, a participação dos Estados Unidos foi louvável ao assinar o Acordo Internacional da Biodiversidade e da Convenção sobre Mudanças Climáticas. Os Estados Unidos passaram, assim, para a história da humanidade como verdadeiros defensores da boa qualidade de vida no planeta.

c) Na ECO-92, no Rio de Janeiro, foi redigida a Carta da Terra ou Declaração do Rio (Agenda 21), que atribuiu aos países pobres a maior responsabilidade pela conservação do meio ambiente e estabeleceu metas para a preservação da

biodiversidade e para a diminuição da emissão de gases na atmosfera.

d) O modelo econômico proposto está fundamentado no conceito de desenvolvimento sustentável, segundo o qual o meio ambiente deve ser intocável e o atendimento às necessidades do presente devem garantir às gerações futuras a possibilidade de satisfazerem suas próprias necessidades.

e) Em 1983, a ONU organizou a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento com a tarefa de realizar um amplo levantamento sobre o tema. As conclusões foram sintetizadas no documento chamado de Protocolo de Kyoto, publicado em 1997, no qual se introduz o conceito de desenvolvimento sustentável.

Conforme vimos, em 1972, Estocolmo, houve de fato essa primeira tentativa. Nessa conferência, ocorreu uma polarização entre os defensores do desenvolvimento zero e os do desenvolvimento a qualquer preço. Letra a.

34) (UESPI) Na Geografia Econômica vem sendo empregada, com certa frequência, a expressão “Desenvolvimento Sustentável”. Com relação a esse tema, assinale a única alternativa incorreta. O Desenvolvimento Sustentável:

- a) é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender às necessidades de gerações futuras.**
- b) para ser alcançado, necessita de um planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são infinitos, mas a população cresce em progressão geométrica.**
- c) propõe qualidade em vez de quantidade, pela redução de matérias-primas e de produtos e pela defesa da reutilização e da reciclagem.**
- d) busca conciliar desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, também, promover o fim da pobreza.**
- e) objetiva a satisfação das necessidades básicas da população e a solidariedade para com as gerações futuras.**

O desenvolvimento sustentável lida com o fato de que os recursos naturais são finitos e que, justamente por isso, precisam ser utilizados com planejamento e racionalidade. De acordo com o conceito, a geração atual deve consumir e utilizá-los, entretanto sem comprometer as gerações futuras. Letra a.

35) (Cespe – TJ/ AL – Analista Judiciário – 2012) O termo sustentabilidade — cunhado em 1987 pela Organização das Nações Unidas (ONU), no documento Nosso Futuro Comum — foi incorporado definitivamente ao vocabulário mundial

contemporâneo. O conceito de uso sustentável da natureza, por exemplo, já compõe a base de diversos programas, projetos e ações voltados para a preservação ambiental. Considerando essas informações, assinale a opção que apresenta a síntese da definição de sustentabilidade.

a) Os recursos naturais devem ser explorados, visto que a vida humana no planeta depende dessa exploração, estando irremediavelmente inviabilizada ou condenada à estagnação caso a natureza mantenha-se intocada.

b) Os recursos naturais exigem proteção absoluta, razão pela qual a ONU assumiu a responsabilidade de monitorar as atividades produtivas e comerciais em escala global.

c) Os recursos naturais devem ser usados de modo que a natureza os possa repor, assegurando-se, dessa forma, o atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras.

d) Os recursos naturais devem ser preservados pelos países classificados como emergentes, já que não é possível aos mais ricos retrocederem no tempo e modificarem seu modelo econômico.

e) Os recursos naturais devem ser preservados em qualquer situação, o que pressupõe o abandono de atividades econômicas comprometidas primordialmente com a obtenção de lucro material e secundariamente com a preservação ambiental.

O conceito de desenvolvimento sustentável não nega que eles devem ser utilizados, mas que esse uso deve levar em consideração a capacidade de reposição da natureza e que esses recursos são finitos, portanto devem ser consumidos com parcimônia. Letra c.

36) (Cespe – IBAMA – 2013) O Congresso Nacional não aprovou um Código Florestal totalmente novo, haja vista que o anterior, datado de 1965, não foi totalmente revogado. Desse código, permaneceram em vigor, por exemplo, os tópicos relativos à ocupação de terras indígenas.

Pessoal, o novo Código Florestal revoga inteiramente o Código anterior, conforme o art. 83 da nova lei. Questão errada.

37) (Cespe – IBAMA – 2013) Mesmo com a aprovação de um novo Código Florestal, as divergências entre ambientalistas e ruralistas permaneceram, e o debate prosseguiu. Esse fato levou o governo federal a editar um decreto regulando a recomposição de áreas de proteção permanente.

De fato, o governo editou um decreto regulando a recomposição de áreas de proteção permanente. Questão certa.

38) (Cespe – IBAMA – 2013) Uma das conquistas da Rio+20 foi o estabelecimento de um processo intergovernamental sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável global, a ser acordado pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Exatamente. Segundo o texto do documento final aprovado na reunião, “resolvemos estabelecer um processo intergovernamental inclusivo e transparente sobre objetivos de desenvolvimento sustentável que está aberto a todos os interessados, com vista a desenvolver os objetivos de desenvolvimento sustentável global a ser acordado pela Assembleia Geral das Nações Unidas”. Dessa maneira, questão certa.

39) (Cespe – IBAMA – 2013) Essa conferência foi marcada pela assinatura da Agenda 21, em que vinte e sete princípios relativos ao desenvolvimento sustentável foram assumidos por todos os Estados-membro presentes.

Como eu disse na parte teórica, o documento aprovado chama-se “Futuro que queremos”. Esse documento também foi ironizado pelos ambientalistas, que o apelidaram de “Futuro que não queremos”. Questão errada.

40) (Cespe – MDIC – Agente Administrativo - 2014) A emissão de gases poluentes a atmosfera, como os resultantes da queima de combustíveis fósseis, contribui decisivamente para as alterações climáticas com as quais o mundo contemporâneo vem convivendo há algum tempo.

Embora comece a aparecer teses em contrário, o pensamento atual em relação ao tema vai ao encontro ao que diz a questão. Organismos internacionais, ONGs, países, cientistas e ambientalistas se baseiam nessa ideia. Questão correta.

10. Lista de questões

1) (CESPE - 2012 - IBAMA - Técnico Administrativo) A recente decisão do governo brasileiro de abandonar a ideia de editar o Código Florestal, tomada devido à difícil e complexa tramitação da matéria no Congresso Nacional, possivelmente resultará no avanço da degradação de áreas de nascentes dos rios, não apenas na região do Pantanal.

2) (CESPE - 2012 - IBAMA - Técnico Administrativo) Com vistas a respeitar e preservar a biodiversidade marinha, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em decisão ratificada individualmente pelos Estados que a integram, veda aos grandes barcos pesqueiros jogar suas redes turbinadas com chumbo ao mar, ou seja, proíbe a tradicional prática da pesca de arrasto.

3) (CESPE - 2012 - MPE-PI - Cargos de Nível Superior - Conhecimentos básicos para os cargos de 1 a 5 e 7 a 9) O aquecimento global é considerado atualmente um problema de dimensão preocupante por envolver mudanças climáticas que afetam a vida no planeta.

4) (CESPE - 2012 - MPE-PI - Cargos de Nível Superior - Conhecimentos básicos para os cargos de 1 a 5 e 7 a 9) A China, por possuir um desenvolvimento econômico que se baseia na agricultura orgânica e na industrialização tecnologicamente avançada, é um dos países que menos emitem CO₂ na atmosfera.

5) (CESPE - 2012 - MPE-PI - Cargos de Nível Superior - Conhecimentos básicos para o cargo 6) Além de contar com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Organização das Nações Unidas tem-se notabilizado por organizar grandes conferências mundiais voltadas para as questões ambientais e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

6) (CESPE - 2012 - MPE-PI - Cargos de Nível Superior - Conhecimentos básicos para o cargo 6) O êxito da campanha mundial em favor do desenvolvimento sustentável pode ser mensurado por algumas vitórias significativas, como, por exemplo, a redução da produção e do consumo de plástico em escala universal.

7) (CESPE - 2012 - MPE-PI - Cargos de Nível Superior - Conhecimentos básicos para o cargo 6) Em decorrência da poluição atmosférica, que atingiu níveis bastante elevados, as posições e os interesses de especialistas, organizações sociais e políticos em geral convergiram nos últimos anos.

8) (CESPE - 2012 - TJ-AL - Analista Judiciário - Área Judiciária - Conhecimentos Básicos - adaptada) O termo sustentabilidade — cunhado em 1987 pela Organização das Nações Unidas (ONU), no documento Nosso Futuro Comum — foi incorporado definitivamente ao vocabulário mundial contemporâneo. O conceito de uso sustentável da natureza, por exemplo, já compõe a base de diversos programas,

projetos e ações voltados para a preservação ambiental. Considerando essas informações, assinale a opção que apresenta a síntese da definição de sustentabilidade.

- a) Os recursos naturais devem ser explorados, visto que a vida humana no planeta depende dessa exploração, estando irremediavelmente inviabilizada ou condenada à estagnação caso a natureza mantenha-se intocada.**
- b) Os recursos naturais exigem proteção absoluta, razão pela qual a ONU assumiu a responsabilidade de monitorar as atividades produtivas e comerciais em escala global.**
- c) Os recursos naturais devem ser usados de modo que a natureza os possa repor, assegurando-se, dessa forma, o atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras.**
- d) Os recursos naturais devem ser preservados pelos países classificados como emergentes, já que não é possível aos mais ricos retrocederem no tempo e modificarem seu modelo econômico.**
- e) Os recursos naturais devem ser preservados em qualquer situação, o que pressupõe o abandono de atividades econômicas comprometidas primordialmente com a obtenção de lucro material e secundariamente com a preservação ambiental.**

9) (CESPE - 2012 - Banco da Amazônia - Técnico Bancário)
Entre as novidades do Código Florestal, a única elogiada

pelos movimentos ecológicos é a que elimina a necessidade de manutenção de áreas de reserva legal na Amazônia.

10) (CESPE - 2012 - Banco da Amazônia - Técnico Bancário)
A presidenta Dilma Rousseff, além de vetar diversos pontos do novo Código Florestal, apresentou medida provisória com diversas propostas de modificação no texto aprovado pelo Congresso Nacional.

11) (CESPE - 2012 - Banco da Amazônia - Técnico Bancário)
Depois da aprovação do novo Código Florestal pelo Congresso Nacional, houve diversas manifestações, principalmente de ambientalistas. Nessas manifestações, reivindicou-se o veto integral ao texto.

12) (CESPE - 2012 - Banco da Amazônia - Técnico Bancário)
O motivo principal para a edição do novo Código Florestal foi a obsolescência do texto anterior, que não sofria alterações desde sua edição, na época dos governos militares.

13) (CESPE - 2012 - Banco da Amazônia - Técnico Científico - Conhecimentos Básicos para os Cargos de 1 a 15) A Rio+20 contou apenas com a presença de representantes oficiais de Estados-membros da ONU, inexistindo participação do setor privado ou da comunidade científica mundial.

14) (CESPE - 2012 - Banco da Amazônia - Técnico Científico - Conhecimentos Básicos para os Cargos de 1 a 15) Um dos aspectos que atraíram a atenção global para a Rio+20 foi o

fato de ela ter sido a primeira conferência de âmbito internacional promovida pela ONU para tratar do meio ambiente desde 1992.

15) (CESPE - 2012 - Banco da Amazônia - Técnico Científico)
A Rio+ 20 é assim conhecida porque marca os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92.

16) (CESPE - 2012 - TJ-RR - Nível Superior - Conhecimentos Básicos) Antes da Rio+ 20, conferência que marcou os vinte anos da Rio-92, outras conferências mundiais para a discussão da questão ambiental foram promovidas pela Organização das Nações Unidas em diversos continentes, como a chamada Rio+ 10, em Johannesburgo, na África do Sul, dedicada, entre outros assuntos, à avaliação do cumprimento dos compromissos firmados em 1992, no Rio de Janeiro.

17) (CESPE - 2012 - TJ-RR - Nível Médio - Conhecimentos Básicos) A emissão demasiada de gases poluentes originou um fenômeno inédito na natureza, o efeito estufa.

18) (CESPE - 2012 - TJ-RR - Nível Médio - Conhecimentos Básicos) Os efeitos do desequilíbrio ambiental e do consumo desenfreado atingirão homogeneamente o planeta, igualando países desenvolvidos e não desenvolvidos como alvos de um mesmo problema.

19) (CESPE - 2012 - TJ-RR - Nível Médio - Conhecimentos Básicos) A Organização das Nações Unidas trata não apenas de questões relacionadas à política e à segurança mundial, mas também se volta, entre outros, para assuntos referentes à educação, à cultura, à agricultura e ao meio ambiente.

20) (CESPE - 2012 - STJ - Analista Judiciário - Área Judiciária - Conhecimentos Básicos) O fato de a camada de gelo estar diminuindo em determinadas áreas da Antártica pode estar relacionado ao processo de esfriamento da temperatura terrestre, grave problema sobre o qual os cientistas têm feito sucessivos alertas.

21) (CESPE - 2013 - Ibama - Analista Ambiental) O Congresso Nacional não aprovou um Código Florestal totalmente novo, haja vista que o anterior, datado de 1965, não foi totalmente revogado. Desse código, permaneceram em vigor, por exemplo, os tópicos relativos à ocupação de terras indígenas.

22) (CESPE - 2013 - Ibama - Analista Ambiental) Mesmo com a aprovação de um novo Código Florestal, as divergências entre ambientalistas e ruralistas permaneceram, e o debate prosseguiu. Esse fato levou o governo federal a editar um decreto regulando a recomposição de áreas de proteção permanente.

23) (CESPE - 2013 - Ibama - Analista Ambiental) Uma das conquistas da Rio+20 foi o estabelecimento de um processo intergovernamental sobre os objetivos do desenvolvimento

sustentável global, a ser acordado pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

24) (CESPE - 2013 - Ibama - Analista Ambiental) A conferência Rio + 20 foi marcada pela assinatura da Agenda 21, em que vinte e sete princípios relativos ao desenvolvimento sustentável foram assumidos por todos os Estados-membro presentes.

25) (CESPE - 2013 - Ibama - Analista Ambiental) O governo brasileiro, sob o influxo da Rio+20, instituiu, por lei, a Política Nacional de Mudanças Climáticas, que estabelece para o país metas de redução de suas emissões de CO2 até o ano de 2020.

26) (CESPE - 2013 - Ibama - Analista Ambiental) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado um direito fundamental de terceira geração, em razão de ser baseado no interesse comum que liga e une as pessoas e ter caráter universal.

27) (QUADRIX - Analista de Processamento - Dataprev - 2011) O Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal) utiliza imagens feitas por satélite para registrar o índice de desmatamento na Amazônia. Entre agosto de 2009 e julho de 2010 foram desmatados 6541 quilômetros quadrados da floresta. Entretanto, algumas medidas adotadas pelo Estado brasileiro, como a restrição de créditos a pecuaristas

invasores de áreas preservadas, vêm procurando diminuir o desmatamento na região. Sobre os índices de desmatamento na Amazônia nos últimos anos, é correto dizer que:

(A) o desmatamento cresce vertiginosamente nos últimos cinco anos, tornando o Brasil o maior emissor de gases do efeito estufa no mundo.

(B) os índices têm sido praticamente idênticos nos últimos dez anos, não havendo aumento ou diminuição da região total desmatada anualmente.

(C) os índices dos últimos cinco anos apontavam uma clara tendência de redução da área total desmatada anualmente; porém, dados de 2011 apontam um novo crescimento do desmatamento na região.

(D) o desmatamento na Amazônia cresce constantemente nos últimos cinco anos, porém em proporções menores se comparado aos índices da década de 1970.

(E) devido à aceleração do ritmo de desmatamento nos últimos dez anos mais de 50% do total original da floresta amazônica já se tornou área desertificada.

28) (Cespe – MDIC – Agente Administrativo – 2014) A poluição atmosférica é um dos mais graves problemas do mundo contemporâneo e, caso nada seja feito para reduzi-la

ou impedir sua expansão, colocará em risco a própria sobrevivência no planeta.

29) (FCC - Escriturário-Banco do Brasil - 2011) Após semanas de debates, a Câmara dos Deputados aprovou (*maio de 2011*) o texto da reforma do Código Florestal. Um dos pontos polêmicos do novo texto é a

(A) instituição de uma ampla reforma agrária a partir de 2012.

(B) elevação dos impostos para os que cultivam cana para produção de etanol.

(C) flexibilização da ocupação dos solos em áreas como as várzeas dos rios.

(D) extinção dos minifúndios improdutivos em áreas densamente povoadas.

(E) expressa proibição de venda de terras na Amazônia para grupos estrangeiros.

30) (FCC - Escriturário-Banco do Brasil - 2011) O IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) concedeu ontem (26/01/2011) a licença para a instalação do canteiro de obras da usina, no Pará. O licenciamento, esperado desde meados do segundo semestre do ano passado, era fundamental para que a usina

pudesse sair do papel. Caso a licença não fosse dada agora, o consórcio construtor perderia a chamada janela hidrológica, época antes das chuvas na Região Norte, e o início das obras da usina teria que ser adiado para 2012, atrasando o trabalho em cerca de um ano.

(Adaptado de <http://clippingmp.planejamento.gov.br>)

O nome da usina que será construída no Pará é:

(A) Santo Antonio.

(B) Jupiá.

(C) Furnas.

(D) Belo Monte.

(E) Itaipu.

31) (UNEAL) O conceito de Desenvolvimento Sustentável parte do princípio de que

a) para sustentar o consumo da população mundial, a destruição do meio ambiente deveria ser contida nos países pobres.

b) o atendimento às necessidades básicas das populações, no presente, não deve comprometer os padrões de vida das gerações futuras.

c) o padrão básico de vida populacional tem esgotado os recursos naturais e a alternativa seria rever o modo de viver nas grandes cidades.

d) o desenvolvimento industrial deve diminuir, adaptando um novo modo de vida às gerações atuais e otimizando o uso de produtos artesanais.

e) a diminuição da retirada de recursos naturais renováveis e não renováveis buscam estabelecer novas formas de convívio com o meio agropecuário.

32) (Cespe – TJDF – Técnico Judiciário: Área Administrativa – 2013) Entre as personalidades que lutam contra a poluição ambiental urbana, destaca-se a ativista cubana Yoani Sánchez, que esteve recentemente no Brasil para divulgar a recomendação da Organização Mundial da Saúde para que se reduzam os índices da poluição urbana, altamente nociva à saúde.

33) A partir de 1970, surge uma preocupação com os problemas ambientais decorrentes do modelo econômico adotado pelos países capitalistas. Desde então, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem realizando conferências com os objetivos de debater questões sobre o

desenvolvimento e o meio ambiente e de apresentar soluções que possam diminuir os impactos ambientais no planeta.

Sobre essas conferências e as propostas apresentadas, assinale a alternativa correta.

a) Na Conferência de Estocolmo, na Suécia, em 1972, discutiram-se duas propostas sobre o desenvolvimento e o meio ambiente: a do Desenvolvimento Zero e a do Desenvolvimento a Qualquer Preço. Essa conferência significou a primeira tentativa mundial de equacionamento dos problemas ambientais.

b) Na ECO-92, a participação dos Estados Unidos foi louvável ao assinar o Acordo Internacional da Biodiversidade e da Convenção sobre Mudanças Climáticas. Os Estados Unidos passaram, assim, para a história da humanidade como verdadeiros defensores da boa qualidade de vida no planeta.

c) Na ECO-92, no Rio de Janeiro, foi redigida a Carta da Terra ou Declaração do Rio (Agenda 21), que atribuiu aos países pobres a maior responsabilidade pela conservação do meio ambiente e estabeleceu metas para a preservação da biodiversidade e para a diminuição da emissão de gases na atmosfera.

d) O modelo econômico proposto está fundamentado no conceito de desenvolvimento sustentável, segundo o qual o meio ambiente deve ser intocável e o atendimento às

necessidades do presente devem garantir às gerações futuras a possibilidade de satisfazerem suas próprias necessidades.

e) Em 1983, a ONU organizou a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento com a tarefa de realizar um amplo levantamento sobre o tema. As conclusões foram sintetizadas no documento chamado de Protocolo de Kyoto, publicado em 1997, no qual se introduz o conceito de desenvolvimento sustentável.

34) (UESPI) Na Geografia Econômica vem sendo empregada, com certa frequência, a expressão “Desenvolvimento Sustentável”. Com relação a esse tema, assinale a única alternativa incorreta. O Desenvolvimento Sustentável:

a) é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender às necessidades de gerações futuras.

b) para ser alcançado, necessita de um planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são infinitos, mas a população cresce em progressão geométrica.

c) propõe qualidade em vez de quantidade, pela redução de matérias-primas e de produtos e pela defesa da reutilização e da reciclagem.

d) busca conciliar desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, também, promover o fim da pobreza.

e) objetiva a satisfação das necessidades básicas da população e a solidariedade para com as gerações futuras.

35) (Cespe – TJ/ AL – Analista Judiciário – 2012) O termo sustentabilidade — cunhado em 1987 pela Organização das Nações Unidas (ONU), no documento Nosso Futuro Comum — foi incorporado definitivamente ao vocabulário mundial contemporâneo. O conceito de uso sustentável da natureza, por exemplo, já compõe a base de diversos programas, projetos e ações voltados para a preservação ambiental. Considerando essas informações, assinale a opção que apresenta a síntese da definição de sustentabilidade.

a) Os recursos naturais devem ser explorados, visto que a vida humana no planeta depende dessa exploração, estando irremediavelmente inviabilizada ou condenada à estagnação caso a natureza mantenha-se intocada.

b) Os recursos naturais exigem proteção absoluta, razão pela qual a ONU assumiu a responsabilidade de monitorar as atividades produtivas e comerciais em escala global.

c) Os recursos naturais devem ser usados de modo que a natureza os possa repor, assegurando-se, dessa forma, o atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras.

d) Os recursos naturais devem ser preservados pelos países classificados como emergentes, já que não é possível aos mais ricos retrocederem no tempo e modificarem seu modelo econômico.

e) Os recursos naturais devem ser preservados em qualquer situação, o que pressupõe o abandono de atividades econômicas comprometidas primordialmente com a obtenção de lucro material e secundariamente com a preservação ambiental.

36) (Cespe – IBAMA – 2013) O Congresso Nacional não aprovou um Código Florestal totalmente novo, haja vista que o anterior, datado de 1965, não foi totalmente revogado. Desse código, permaneceram em vigor, por exemplo, os tópicos relativos à ocupação de terras indígenas.

37) (Cespe – IBAMA – 2013) Mesmo com a aprovação de um novo Código Florestal, as divergências entre ambientalistas e ruralistas permaneceram, e o debate prosseguiu. Esse fato levou o governo federal a editar um decreto regulando a recomposição de áreas de proteção permanente.

38) (Cespe – IBAMA – 2013) Uma das conquistas da Rio+20 foi o estabelecimento de um processo intergovernamental

sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável global, a ser acordado pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

39) (Cespe – IBAMA – 2013) Essa conferência foi marcada pela assinatura da Agenda 21, em que vinte e sete princípios relativos ao desenvolvimento sustentável foram assumidos por todos os Estados-membro presentes.

40) (Cespe – MDIC – Agente Administrativo - 2014) A emissão de gases poluentes a atmosfera, como os resultantes da queima de combustíveis fósseis, contribui decisivamente para as alterações climáticas com as quais o mundo contemporâneo vem convivendo há algum tempo.

10. Gabarito

1 – e	2 – e	3 – c	4 – e	5 – c
6 – e	7 – e	8 – c	9 – e	10 – c
11 – c	12 – e	13 – e	14 – e	15 – c
16 – c	17 – e	18 – c	19 – c	20 – e
21 – e	22 – c	23 – c	24 – e	25 – e
26 – c	27 – c	28 – c	29 – c	30 – d
31 – b	32 – e	33 – a	34 – a	35 – c
36 – e	37 – c	38 – c	39 – e	40 – c